



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A IMPRENSA SERGIPANA E AS NOTÍCIAS DO BRASIL CULTURAL
NO PERÍODO VARGAS (1930-1945)**

RAIANNE PEREIRA DE OLIVEIRA

São Cristóvão

Dezembro/2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A IMPRENSA SERGIPANA E AS NOTÍCIAS DO BRASIL CULTURAL
NO PERÍODO VARGAS (1930-1945)**

RAIANNE PEREIRA DE OLIVEIRA

Artigo apresentado ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Graduada em História.

Orientador: Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos.

São Cristóvão

Dezembro/2015

A IMPRENSA SERGIPANA E AS NOTÍCIAS DO BRASIL CULTURAL NO PERÍODO VARGAS (1930-1945)

Resumo: a imprensa, assim como a cultura, foi alvo de grande investimento público, e a associação de alguns jornais com o governo mostrou-se benéfica para ambos em vários momentos da história do Brasil. O governo Vargas, por exemplo, atuou pioneiramente no campo das políticas culturais, por meio de um conjunto de iniciativas e medidas de apoio institucional desenvolvido pela administração pública em prol da cultura material e imaterial do país. O presente trabalho visa entender a política cultural de Vargas entre 1930 e 1945 a partir dos jornais que circularam em Sergipe à época.

Palavras-chave: Imprensa; Política Cultural; Período Vargas.

INTRODUÇÃO

Visando manter a ordem e o progresso em meio a tantas transformações no curso dos anos 30, Vargas centralizou o poder e, autoritariamente, impôs seu projeto nacional-desenvolvimentista para o país. Tal quais as experiências europeias, Getúlio utilizou a cultura e a imprensa como suporte da política. Através da manipulação do cinema, do rádio e dos jornais o governo educava coletivamente o povo, reforçava seu marketing e congregava todos à causa nacional.

Embora paradoxal, o fortalecimento do nacionalismo e as propostas autoritárias do Estado (reconhecido nesse período como tutor), contribuíram significativamente para dar impulso às artes de maneira geral nesse período. Com o claro propósito de renovar culturalmente o Brasil e orientar a produção artística nacional de acordo com os valores (políticos, ideológicos e morais) do Estado, o governo Vargas atuou pioneiramente no campo das políticas culturais, conjunto de iniciativas e medidas de apoio institucional desenvolvido pela administração pública em prol da cultura material e imaterial do país.

Durante os quinze anos em que Vargas esteve à frente do governo federal, a imprensa vivenciou um período singular, marcado por muitas ambiguidades e contradições. Em Sergipe, assim como em outros Estados, os jornais apresentavam uma postura político-partidária evidente. Cada grupo, seja ele ligado à Igreja, aos operários, ao governo e a outros setores sociais, tinha seu próprio meio para difundir seus ideais e propósitos. Nesse sentido coube ao poder oficial cercear a liberdade de expressão e adotar medidas de segurança para manter a supremacia do governo.

A relação de Vargas com a imprensa sempre foi conturbada. O gerenciamento do setor de imprensa, em nosso Estado, sofreu alterações significativas com a política intervencionista do governo. Os jornais estiveram submetidos a uma sucursal do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em nosso Estado e passaram a publicizar, apenas, o que fosse relevante à manutenção da ordem; sendo obrigados a reproduzir os discursos oficiais, a dar ampla divulgação às inaugurações, a enfatizar as notícias dos atos do governo, a publicar exaustivamente fotos de Vargas. Apesar dos pesares, a imprensa assim como a cultura foi alvo de grande investimento público, e a associação de alguns jornais com o governo mostrou-se benéfica para ambos.

Em nosso estudo, visamos perceber a relação de complementaridade entre cultura e imprensa no governo Vargas e a manipulação destes setores como um instrumento de suporte à política.

A escolha do jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; negam-se, pois, aqui, aquela perspectiva que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos (LUCA, 2005, p. 118).

Como nossa proposta de estudo apresenta um enfoque cultural, faremos num primeiro momento um balanço das iniciativas da administração pública federal no campo das políticas culturais ao longo da Era Vargas. Num segundo momento situaremos Sergipe no plano cultural do governo nesse período, elencando as principais ações e personagens que contribuíram para salvaguardar e enaltecer a memória e a história do nosso estado e por fim utilizaremos a imprensa como objeto de investigação para apreender a vida e a dinâmica cultural de Sergipe nesse momento de culto ao nacionalismo.

A POLÍTICA CULTURAL NO GOVERNO VARGAS (1930-1945)

Sem dúvida um dos capítulos mais importantes da história do Brasil contemporâneo é a transição política que assinala a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Inconformado com sua derrota nas urnas e com o corrompido sistema eleitoral, dominado há décadas pelas grandes oligarquias rurais, Vargas uniu-se aos tenentes e articulou o golpe de Estado que depôs Washington Luís.

Constituindo-se num divisor de águas para a história do Brasil República, “A Revolução de 1930” pôs fim ao tempo marcado pelo liberalismo excludente e de certa maneira acentuou as transformações em curso no país desde os anos 20.

Segundo Getúlio Vargas, “O movimento revolucionário, iniciado vitoriosamente a 3 de outubro no sul, centro e norte do país, e triunfante a 24 nesta capital, foi a afirmação mais positiva que até hoje tivemos da nossa existência como nacionalidade.

Em toda a nossa história política não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Assim como o movimento, o projeto de Vargas para o país também era revolucionário, visava algo inédito para o Brasil, torná-lo autônomo e de fato uma Nação.

Mas como desenvolver nos brasileiros uma consciência coletiva e integrá-los à causa nacional? É a partir desse questionamento que buscaremos entender a concepção e função da cultura no governo Vargas, bem como o comprometimento do Estado no contexto social dos anos 30, no que se refere a promoção de políticas culturais.

Para analisarmos o significado político das ações culturais nesse período, é essencial entendermos a “política dentro governo” e como se processou a construção do novo Estado. Apesar de somarem esforços em prol da candidatura de Getúlio Vargas à presidência, nem todos os membros da Aliança Liberal¹ comungavam do pensamento revolucionário, o embate liberalismo x autoritarismo tornou-se uma constante e de certa forma isso repercutia na cultura política da era Vargas (1930-1945).

Longe de ser homogênea, esta se metamorfoseou ao longo dos anos passando por diversos estágios: o Governo Provisório (1930-1934); o Governo Constitucional (1934-1937) e por fim o Estado Novo (1937-1945).

Após assumir a chefia do Governo Provisório, Getúlio Vargas deu início ao seu ambicioso projeto de governo que tinha como prioridade tornar o Brasil autônomo nos mais diversos campos. Nesse momento a conjuntura política nacional e fatores externos contribuíram positivamente para a implantação do projeto nacional-desenvolvimentista, que na prática se efetivou por meio da construção de um Estado Forte, interventor na economia, nas relações de trabalho e na cultura. A construção de um novo modelo de gestão cultural tornou-se necessário para consolidar as bases do novo Estado, que pela primeira vez na história do país pretendia ser de fato “nacional”.

A ideologia nacionalista surgiu no Brasil nas primeiras décadas do século XX e ganhou força devido a uma série de fatores que influenciaram direta e indiretamente esse movimento político: a Primeira Guerra mundial, o surto industrial, a urbanização das cidades, a semana de arte moderna e a mobilização tenentista foram fundamentais para o desenvolvimento do sentimento nacionalista em nosso país. Aqui diferentemente de outros países o nacionalismo adquiriu características próprias, ganhando contornos positivistas e autoritários.

¹ Aliança política entre Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba que lançou o nome de Getúlio Vargas como candidato à Presidência da República nas eleições realizadas em março de 1930, aderiram ao grupo diversos setores sociais.

A produção cultural brasileira foi, estrategicamente, idealizada pelo Estado Nacional para traduzir as modificações em curso no país, servindo dessa maneira como suporte da política. Investir no tripé “cultura, imprensa e propaganda” significava em outras palavras investir na solidez do governo. O objetivo da intervenção estatal nesse campo era grandioso, promover a cultura no Brasil nesse momento político, não se resumia apenas ao fato de educar o povo, ou elevar seu nível cultural, mas sim objetivo de unir a diversidade e integrar o país historicamente segregado pelas desigualdades sociais.

Através dos discursos do presidente Vargas, percebemos claramente a concepção que este tinha a respeito da cultura e concomitantemente como esta passaria a ser encarada no seu governo. O trecho abaixo explicita, claramente, a perspectiva de que a cultura tinha uma tarefa política e propósito:

Não tenho, como é moda, desdém pela cultura ou menosprezo pela ilustração [...]. No período de evolução em que nos encontramos, a cultura intelectual sem objetivo claro e definido deve ser considerada, entretanto, luxo acessível a poucos indivíduos e de escasso proveito para a coletividade².

Segundo a historiadora Lia Calabre, é contemporâneo o olhar do Estado sobre a cultura como uma área que deva ser tratada sob a ótica das políticas públicas e mais recente ainda são estudos acerca dessas ações no Brasil. Em sua pesquisa intitulada *Políticas Culturais no Brasil: dos anos 30 ao século XXI*, a autora recupera através de uma visão geral a trajetória de ações públicas relativas à cultura em nosso país. É perceptível nesse trabalho assim como em outros de mesma natureza a ênfase atribuída ao pioneirismo de Getúlio Vargas por promover a construção de instituições voltadas para a cultura, setor onde o Estado ainda não atuava. Assim, na tentativa de esclarecer o tema aqui proposto, definiremos o conceito de Política Cultural, segundo Teixeira Coelho:

[...] política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. (COELHO, 1997, p. 293)

² Getúlio Vargas, discurso proferido em 05/01/1940. Vargas, s/d., p. 346.

Nesse sentido, objetivamos compreender as ações e intervenções realizadas pelo Estado na estruturação formal da área cultural durante o período de 1930-1945 e promover um balanço institucional do governo através do mapeamento das políticas culturais. Beneficiados pela ideologia governista por meio de uma legislação federal específica, setores como o patrimônio, o cinema, o teatro, o rádio, a literatura e outras produções artísticas passaram a ser incorporados ao projeto nacional e utilizados como instrumento de educação coletiva.

Por meio de decretos-leis, Vargas reorganizou o ministério e deu início a construção de um novo modelo de gestão pública. Dentro do projeto educativo do Estado Nacional formaram-se dois grandes polos de atuação cultural e ideológica. No primeiro atuava o Ministério da Educação e Saúde Pública, chefiado inicialmente por Francisco Campos e após a constitucionalização do governo em 1934 por Gustavo Capanema. No segundo atuava o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) e posteriormente no Estado Novo o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Chefiado pelo jornalista e intelectual sergipano Lourival Fontes.

Associado a essas instituições estavam os intelectuais, peça fundamental para realização do projeto político de Vargas, principalmente durante o Estado Novo, Segundo Mônica Pimenta Velloso:

A diversidade de orientação na política cultural transparece na própria composição dos intelectuais nos referidos organismos. O Ministério Capanema reunia um grupo ligado a vanguarda ligada ao movimento modernista: Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Candido Portinari, Mário de Andrade. Bem diferente era a composição em torno de Lourival Fontes, que incluía nomes como os de Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Cândido Mota Filho, intelectuais conhecidos pelo pensamento centralista e autoritário (VELLOSO, p. 149)

A inserção da elite intelectual na organização político-ideológica do governo possibilitou não só o desenvolvimento da produção artística nacional, como conferiu credibilidade e solidez ao projeto nacionalista. Nesse momento político percebemos a função social do artista, *“Esse grupo visava a construção de uma identidade Nacional, liberta da cópia dos modelos estrangeiros, desenhada a partir de uma nação mestiça e moderna, tradicional e industrializada”* (OLIVEIRA, 2008 p. 99)

O Departamento de Cultura do Estado de São Paulo (1935) foi primeira experiência do Estado no campo das políticas públicas culturais. Sob a direção de Mário de Andrade, essa instituição visava pôr em prática o projeto modernista e, sobretudo, democratizar a cultura, ou seja, transformá-la em um fator de humanização.

No livro *Mário de Andrade por ele mesmo*, Paulo Duarte relata algumas atividades desenvolvidas por esse órgão: “o trabalho do Departamento de Cultura de São Paulo ocorria num ritmo intenso, eram levantamentos demográficos, restauração de documentos quase perdidos, museu da palavra, pesquisas folclóricas, congresso da língua nacional cantada, entre outros projetos” (DUARTE, 1977 p.53).

Mário de Andrade também esteve à frente do anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão atrelado ao Ministério da Educação criado legalmente pela Lei nº 378³ de 13 de Janeiro de 1937 e pelo decreto-lei nº 25, de 30 de novembro do mesmo ano.

Esse foi o primeiro órgão público federal que abriu espaço para funções remuneradas de artistas e tinha como finalidade promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. Em cooperação com as atividades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional deveriam atuar o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Bellas Artes e outros museus nacionais que futuramente fossem instituídos.

Entendidos como instrumento de educação coletiva, o cinema, a música, o teatro e as artes plásticas receberam atenção do governo nesse período, mas não com a mesma intensidade. Concebido como “um livro de imagens luminosas”, o cinema recebeu atenção especial do Estado por constituir-se num eficiente recurso pedagógico para o público em geral, mas principalmente para a grande massa de iletrados no Brasil.

Através do decreto nº 21.240, de 4 de abril de 1932, o governo instituía a lei de obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais. Em 1937 a gestão Capanema criou o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), destinado a promover e orientar a utilização da cinematografia, especialmente como processo auxiliar do ensino.

³ A Lei nº 378 de 13 de Janeiro de 1937, sanciona a criação de instituições educacionais. A parte cultural encontra-se classificada no texto da lei como “educação extraescolar”.

A referida legislação determinou ainda a criação de institutos de pesquisa e pedagogia, universidades, expansão das bibliotecas públicas, criação de seção braile na Biblioteca Nacional e a criação do Instituto Cairu, posteriormente transformado no Instituto nacional do Livro (INL).

Cabia ao INL organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário de Língua Nacional, editar obras de grande interesse para a cultura nacional, promover medidas para melhorar e baratear a edição de livros no país e facilitar a importação de literatura estrangeira e por fim incentivar a organização de bibliotecas públicas em todo o território nacional. Sobre atuação do Instituto, a historiadora Lia Calabre afirma:

Entre 1937 a 1945, a principal política do INL foi colocar em circulação obras esgotadas e lançamentos de livros que não geravam interesse no mercado editorial, sempre a preços mais acessíveis. No ano de 1938, foram editados 78 títulos, e em 1945, 32. Assim, o instituto apresentou no período um crescimento de 24% em sua produção anual. No caso da política de bibliotecas a solução encontrada foi a de efetuar convênios diretos entre o INL e as prefeituras (CALABRE, 2009, 41)

A área teatral recebeu apoio de governos anteriores, mas nada que configurasse a construção de uma política setorial. Em 1934 o governo Vargas promoveu a experiência Teatro-Escola, uma espécie de academia para a formação de artistas e posteriormente em 1936, por meio de uma portaria ministerial foi constituída a Comissão de Teatro Nacional. O decreto nº 378, em seu art. 49 fixava esta comissão como órgão teatral permanente até o período em que fosse instituído outro.

Concebendo o teatro como uma das expressões da cultura nacional, em 21 de dezembro de 1937, o Ministério da Educação e da Saúde (MES) criava o Serviço Nacional de Teatro (SNT). Esse órgão tinha como competência: estimular a construção de teatros no país, orientar a organização de grupos amadores, incentivar o teatro infantil e para adolescentes, estimular a produção de obras de todos os gêneros, facilitar a formação de artistas etc.

Em função da ideologia nacional, a música brasileira também recebeu atenção específica. Havia nesse momento uma preocupação com as composições das canções, estas deveriam ressaltar os valores nacionais e a boa conduta do cidadão. A grande personalidade musical do Estado Novo foi Heitor Villa-Lobos, através da educação musical artística, mais precisamente do canto orfeônico, ele buscou dar “substância as massas”.

Outro recurso de caráter educativo e amplamente apoiado pelo MES nesse período foi o Serviço de Radiodifusão.

A gestão Capanema criou também o Conselho Nacional de Cultura (CNC), por meio do Decreto-lei nº 526 de 1º de julho de 1938. Esse órgão era responsável pela coordenação de todas as atividades referentes ao desenvolvimento cultural, realizadas pelo Ministério da Educação e da saúde (MES) ou sob seu controle. Dentre as atividades que abrangeriam o que se entendia como desenvolvimento cultural estavam incluídas questões também relacionadas à saúde, a pátria e a educação, de acordo ao ideário estado-novista.

Apesar do grande incentivo às diversas produções culturais na era Vargas, não podemos esquecer da censura à imprensa e as artes de uma maneira geral. Cinema, literatura, teatro e a música possuíam nesse período uma função social, educar as massas, não dota-las de consciência crítica.

SERGIPE CULTURAL NO GOVERNO VARGAS (1930-1945)

Após a Revolução de Outubro de 1930, iniciava-se no Brasil a “A República Nova”, momento de transição política entre o velho liberalismo oligárquico (poder advindo da terra) e a emergência de novas classes sociais (militares, civis etc.).

Como a própria expressão já diz, Vargas pretendia, de fato, tornar a República “nova” e extensiva ao grande “público”, marginalizado num primeiro momento. Para consolidar seu projeto, Vargas soube utilizar como ninguém a cultura a seu favor e promoveu de forma sistêmica a incorporação e atuação do Estado nesse campo.

Aqui tentaremos alinhar a memória cultural de Sergipe nesse período, traçando um panorama geral das ações desenvolvidas em prol do enriquecimento cultural do nosso estado.

Pautando-se no desenvolvimento do nacional, o governo traçou as diretrizes da nova política Educacional a ser implementada no país. Em nível local (estadual), buscou dar apoio a projetos e iniciativas culturais que atuassem em consonância com o propósito governista. Apesar de estar sob controle da política oficial, Sergipe vivenciou nesse período o reconhecimento e o desenvolvimento da cultura local através de ações como: a preocupação em documentar a história de Sergipe, a valorização do patrimônio histórico e artístico, produções no campo das artes plásticas, da música, do teatro e da literatura. Tal constatação como diz Ibarê Dantas, é reflexo claro da presença do Estado sobre a sociedade.

Ao fazermos uma avaliação quantitativa das ações promovidas pelo governo ao longo da Era Vargas, percebemos que este atuou de forma mais significativa no Estado-Novo (1937-1945), período em que Getúlio (personificação do estado) rompe com a democracia e consolida seu poder de forma autoritária.

O fato do número de ações serem maior nesse momento é perfeitamente compreensível levando-se em consideração a instabilidade do governo nos primeiros anos da década de 30 (fase provisória e constitucional).

No plano local, essa inconsistência política pode ser facilmente percebida ao analisarmos a disputa pela interventoria do Estado sergipano. Só no ano de 1930, Sergipe teve a sucessão de cinco interventores, todos nomeados pelo presidente Vargas.

Dessa maneira, para entendermos a proposta deste item, cujo enfoque é situar Sergipe no plano cultural do governo getulista, faz-se necessário compreendermos também a história política sergipana no pós-30.

Aqui o cultural não pode ser entendido dissociadamente do fator político, este se torna uma condição essencial para a interpretação dos fatos (nesse momento a intenção não é promover conhecimento e cultura em si, devemos entendê-la como um meio para alcançar determinado fim político).

A preocupação em preservar a história e a memória cultural de Sergipe começou ainda no século XIX, com o trabalho de Felisbello Freire, mas foi seguramente nas primeiras décadas do século XX que o estado sergipano presenciou um forte desenvolvimento cultural. Nesse período temos a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) carinhosamente denominado “a Casa de Sergipe” e a criação do Arquivo Público do Estado.

Sob a interventoria de Augusto Maynard Gomes (1930-35), o Estado cuja competência cabia organizar e manter seus sistemas educacionais, deu início as atividades propostas pelo Governo Federal no campo da educação, entrava em voga a partir desse momento uma tendência renovadora de ensino a “Escola Nova⁴”.

Segundo Ibarê Dantas:

A interventoria de Maynard Gomes enviou três mestres ao sudeste que participaram da discussão no Rio de Janeiro e na capital paulista, estudaram os novos métodos pedagógicos visitaram instituições culturais e, de volta, tentaram difundir as informações nas escolas, reformulando a estrutura do

⁴ Movimento que pregava a nacionalização, a laicização e a universalização da educação no país. Os Escolanovista apoiaram-se nos pensadores Dewey, Comte e Durkheim.

ensino e sua pedagogia. Dentro dessa nova filosofia, o governo promoveu a construção do Jardim de Infância Augusto Maynard (1932) [...]. As despesas da União com o ensino e cultura em Sergipe mais que duplicaram de 1932 para 1935 e o número de escolas primárias passou de 432 (1933) para 635 (1943) (DANTAS, 2004, p. 105).

A partir da Revolução de 1930, a educação musical escolar em Sergipe adotou as diretrizes promulgadas pelo governo federal. Como elemento disciplinador e socializador por excelência, incluiu-se o canto orfeônico no currículo da Escola Normal de Aracaju em 1934 (Ofício nº 62/1934), mas a instituição efetiva do ensino musical só se concretizou em Sergipe em 1936 sob a direção de Genaro Plech. Por meio da imprensa⁵, músicos e artistas sergipanos apelavam à Interventoria Federal (Eronides de Carvalho) para a importância da música no desenvolvimento cultural de crianças e adolescentes.

Acerca das manifestações culturais em Sergipe nesse período, Ibarê Dantas elenca algumas contribuições advindas com a instituição do canto em nosso estado, segundo ele:

Ações como essa contribuía para estimular vocações sem as dificuldades do autodidatismo, enquanto as canções populares iam se generalizando. Nesse ponto a instalação da Rádio Aperipê (1939) representou um marco. Apesar de criada como veículo de propaganda do Estado Novo, não deixava de preencher sua programação com atividades musicais, tocando discos de compositores nacionais⁶ e cedendo espaço para as apresentações públicas dos cantores locais (DANTAS, 2004, p. 112)

Com o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas prontamente tratou de adequar a legislação às novas aspirações do governo. Para satisfazer tal finalidade outorgou no mesmo ano a Constituição do Estado-Novo e reorganizou o cenário político. Em Sergipe Vargas não fez mudanças de imediato na interventoria⁷ do estado, para ele era vantajoso e conveniente manter o conservadorismo do capitão Eronides de Carvalho⁸ no poder e assim o fez até 09/07/1941.

⁵ Ver jornal A República, “*Deve Aracaju possuir uma escola de música?*”. Julho/1934

⁶ Composições sergipanas de: os Quatro Tenentes, Silvio Romero, e Antônio Franco ganharam projeção nacional.

⁷TORRES, Acrísio. De Eronides Carvalho a Freitas Brandão. História de Sergipe. 2ed. Aracaju: J. Andrade, 1967.p.241-246.

⁸Interventor eleito pela Assembléia Legislativa em 1935, o mesmo fazia parte da oposição composta pela União Republicana de Sergipe, Partido Social Democrático de Sergipe e a Ação Integralista, com alguma simpatia de setores da igreja.

Ainda em 1937 surgia o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão atrelado ao Ministério da Educação criado legalmente pela Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937 e pelo decreto-lei nº 25, de 30 de novembro do mesmo ano. A criação desse órgão tinha como objetivo principal a valorizar e preservação da arquitetura tradicional brasileira, fonte histórica de fundamental importância para o conhecimento da realidade nacional.

Em seu trabalho intitulado “*Memória Cultural: uma trajetória (alinhando fiapos de memória)*”, Soutelo elenca as ações Poder Público em Sergipe no que concerne à preservação do patrimônio histórico e artístico. Segundo ele a atuação do Estado no campo das políticas culturais divide-se em três momentos e de acordo com sua classificação, nosso objeto de estudo está inserido num primeiro momento, o período dos pioneirismos.

Por meio do decreto-lei nº. 94, de 22 de junho de 1938, o governo decreta o tombamento de São Cristóvão como Monumento Estadual. “Ao mesmo tempo são desenvolvidos os levantamentos que em basearam os tombamentos realizados pelo SPHAN, bem assim as primeiras restaurações de monumentos, como a da igreja Comandaroba, em Laranjeiras”. Entre o período de 1938-1945 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN tombou cerca de 21 bens em Sergipe. Ao analisarmos a seleção dos bens, percebemos que este privilegiou apenas construções vinculadas às instituições dominantes (Estado, igrejas e a elite agrária) (SOUTELO, p.3)

O quantitativo de bens tombados em Sergipe⁹ é bastante expressivo em relação aos demais estados da federação nesse período. Além de possuir uma grande quantidade de bens arquitetônicos, havia também outra explicação plausível para toda atenção essa atenção recebida: a relação entre governantes sergipanos e Vargas, em especial Lourival Fontes, chefe do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda).

⁹ Bens tombados em Sergipe no Governo Getúlio Vargas por município: **São Cristóvão**- Convento e Igreja de Santa Cruz (Convento Franciscano/Convento de São Francisco) Praça de São Francisco; **2.** Convento e Igreja do Carmo - Praça do Carmo; **3.** Engenho Poxim: capela de Nossa Senhora da Conceição; **4.** Igreja da Ordem Terceira do Carmo (Igreja do Senhor dos Passos) - Praça do Carmo; **5.** Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos; **6.** Igreja e Casa da Misericórdia; **7.** Sobrado à Rua Coronel Grundino Prado, nº 2 (Rua Castro Alves); **8.** Sobrado à Rua Benjamin Constant (Rua das Flores); **9.** Sobrado com balcão corrido à Rua da Matriz (Praça Getúlio Vargas); **10.** Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias (Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória). **Divina Pastora**- Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória; **Itaporanga d’Ajuda**- Casa de Tejupeba e Capela do Colégio (Casa de residência e Igreja do Colégio ou Tejupeba - Fazenda Iolanda). **Laranjeiras**- **1.** Engenho Jesus, Maria, José: capela/ **2.** Engenho Retiro: casa e Capela de Santo Antônio/ **3.** Igreja de Comandaroba/ **4.** Igreja Matriz do Coração de Jesus. **Nossa Senhora do Socorro** Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; **Riachuelo** - Engenho Senhora da Penha: capela; **Santo Amaro das Brotas** - **1.** Engenho Caieira: capela de Nossa Senhora da Conceição/ **2.** Igreja Matriz de Santo Amaro; **Tomar do Geru**- Igreja de Nossa Senhora do Socorro de Tomar (Igreja de Nossa Senhora do Socorro).

Data desse mesmo período, a criação de outros órgãos importantes como: O Serviço Nacional de Teatro, Serviço de Rádio e Difusão Educativo, O Instituto Nacional do Livro entre outros que tinham como finalidade apoiar e disciplinar áreas culturais específicas. Em Sergipe a limitação imposta pelo controle oficial (Departamento de Imprensa e Propaganda Estadual- DIPE) não impediu a produção artística, apenas reduziu-a. Isso não significa dizer que as produções artísticas desse período percam em importância, pelo contrário a composição destes trabalhos está carregada de história e expressão. As artes plásticas e cênicas, a prosa e a poesia traduziram nesse momento o cotidiano cultural e social da cidade de Aracaju sob a política do Governo Getúlio Vargas.

Na pintura tivemos como destaque as obras dos sergipanos J. Inácio e dos irmãos Florival Santos e Álvaro Santos de Propriá. A interventoria Augusto Maynard Gomes incentivou de forma significativa o trabalho destes artistas, seja oferecendo bolsas de estudo à formação acadêmica ou financiando obras. Uma das mais emblemáticas obras desse período é o quadro “Torpedeamento e a Cena do Porto”, encomendado pelo interventor para presentear o presidente Getúlio Vargas, nele os irmãos Santos retratam o torpedeamento de navios brasileiros na costa sergipana.

A presença maciça do cinema no cotidiano da cidade acabou inibindo de certa forma o desenvolvimento das produções cênicas em Sergipe (nesse período foram inaugurados dois novos cines, ambos no centro da capital sergipana: o Rex em 1936 e o Vitória em 1944). A dramaturgia só ganhou espaço e tornou-se uma prática profissional no estado a partir de 1940, após isso surgiram diversas companhias teatrais em Sergipe, sendo a Clodomir Silva a de maior destaque.

Num período de raras publicações, criou-se em 1938 o Centro Cultural de Sergipe, cujo objetivo era incentivar a produção intelectual sergipana e abrir espaço para o surgimento de novos escritores. Destacaram-se nesse período os trabalhos de José Calasans, Fernando Porto, Felte Bezerra, Orlando Dantas, Garcia Moreno, Mário Cabral, Epifânio Dórea, João Carlos de Almeida entre outros importantes nomes que contribuíram para salvaguardar a história e a memória do nosso estado.

Uma das maiores expressões literárias do período foi Amando Fontes e seus “romances sociais”. Como pano de fundo para compor suas obras, o autor retrata a cultura e o cotidiano da capital sergipana. Tanto em *Os Corumbas* (1933) quanto em *Rua do Siriri* (1937) Amando Fontes insere as “figuras da exclusão” na escrita do romance social brasileiro da década de 30. No primeiro ele aborda a exploração dos trabalhadores nas fábricas de

Aracaju e no segundo escancara a temática da prostituição nas primeiras décadas do século XX. Na poesia destacaram-se os trabalhos de José Maria Fontes, Abelardo Romero, J. Passos Cabral, J. Freire Ribeiro, José Sampaio e Enoch Santiago Filho.

Ao situar Sergipe no movimento cultural do Governo Vargas, percebemos que as políticas de ação do Estado no período de 1930-1945 e em especial no Estado-novo (1937-1945) priorizaram algumas áreas em específico, mas no geral apesar do rígido controle oficial, podemos afirmar que toda forma de cultura foi beneficiada em nosso estado.

NOTÍCIAS DO BRASIL CULTURAL NA IMPRENSA SERGIPANA (1930-1945)

Sergipe é um dos estados mais vivazes da federação em matéria de cultura. No terreno superior da inteligência é Tobias, é o vibrante nacionalista Romero, é Fausto, é Jackson, arrancado á vida por uma estúpida tragédia. Entre os vivos, são os ficcionistas Alberto Deodato, Mário Hora, é Ranulfo Prata, o romancista novo e laureado, é Jordão de Olveira na pintura, é Milton de Assis na música, é Passos Cabral o lirismo Ameno e as vezes a poesia da desesperança...É Amando Fontes que agora mesmo orgulha Sergipe pela vitória nacional de Os Corumbas. Horácio Hora, Calazans...é essa a rumorosa pleiade que aqui ensaiam a poesia, a prosa, o artigo conceituoso¹⁰.

Com a renovação do conceito de fonte histórica na segunda metade do século XX, os jornais foram reconhecidos como fontes de grande valia para a construção e reconstrução da história. Seja como sujeito ou objeto histórico, os impressos nos possibilita revisitar e analisar sob outras perspectivas temas já comumente abordados pela historiografia. Nesse estudo objetivamos apreender o Brasil cultural e o desenvolvimento das artes em Sergipe no período de 1930-1945, tomando como base as notícias veiculadas pela imprensa sergipana à época.

A instabilidade política que tomou conta do país no início do Governo Vargas, acabou servindo como a justificativa de que este precisava para promover a centralização do poder e cercear a liberdade de expressão à imprensa, importante instrumento político no curso dos anos 30. Nesse período, os jornais sergipanos seguiam o ritmo de desenvolvimento dos grandes jornais nacionais e passavam por um processo de industrialização da produção. A incorporação gradativa da tecnologia ao processo de confecção artesanal provocou um impacto bastante significativo no cotidiano da cidade, principalmente no da capital, onde os sinais da modernidade eram mais evidentes. Os avanços técnicos interferiram de forma direta no fazer jornalístico, na produção, circulação e no conteúdo dos impressos.

¹⁰ Interesses Sergipanos, O Estado de Sergipe, Aracaju, Ano I, nº 147, p. 1, Agosto/1933.

Mais atrativo ao leitor tanto do ponto de vista estético quanto econômico (redução do custo), o jornal tornou-se cada vez mais próximo do público e passava a ser uma das grandes preocupações do governo à época. Controlar esse canal de comunicação significava muito para o Estado, pois permitia a este não somente ampliar seu campo de atuação e influência, mas também impedir críticas da oposição. Para conferir solidez e unicidade à “República Nova”, Vargas modificou arbitrariamente o cenário da imprensa nacional e criou órgãos censores gerais e locais para avaliar o conteúdo que deveria vir a ser publicado nos impressos.

A atuação da imprensa em nosso país sempre esteve condicionada e/ou relacionada à dinâmica política do Estado. Durante o Governo Vargas, a imprensa sergipana passou por duas fases diferenciadas: a primeira, marcada por certa tolerância e liberdade de expressão e uma segunda fase totalmente oposta.

Até 1934, não obstante viver-se num período autoritário, não encontramos casos evidentes de atentados contra jornais, censuras sistemáticas ou fechamento de algum órgão por iniciativa da interventoria. A sociedade estava bem demarcada por divisões político-ideológicas, mas havia uma convivência mais ou menos respeitosa entre os grupos sociais e políticos (DANTAS, 2004, p. 107)

Após esse período, sob a justificativa de manter a ordem e frear a expansão dos ideais comunistas em Sergipe, o interventor Eronides de Carvalho passou a coordenar propagandas de forte cunho ideológico e ações duramente repressivas aos opositores. Além disso, ordenou a censura e fechamento de jornais, prisão de estudantes, jornalistas e perseguições a adversários políticos no interior do estado, segundo Ibarê Dantas:

No Estado Novo, as publicações passaram por grande controle político com a fundação de uma sucursal do já referido DIP, no caso, o Departamento de Imprensa e Propaganda Estadual (DIPE) que patrocinava as atividades locais e as vigiava. A propaganda política ganhou dimensão jamais vista. Diante das restrições, o número de jornais diminuiu e a imprensa estadual ficou restrita a poucas folhas, a maioria oficial ou oficiosa. O correio de Aracaju e o Sergipe Jornal foram os principais órgãos a resistir ao conjunto das coações próprias dos regimes autoritários. (DANTAS, 2004, p.108)

Afim de apreender o Brasil cultural durante o governo Vargas, utilizamos edições dos seguintes jornais: *Sergipe Jornal*, *Jornal de Notícias*, *Diário da Tarde* e *O Estado de Sergipe* (órgão Oficial da União Republicana de Sergipe, partido situacionista). Através da coleta exaustiva de matérias, notas e notícias, podemos traçar um panorama geral das manifestações

culturais em nosso estado, analisar a periodicidade e a forma de abordagem dessa temática nos jornais e por fim discutir o significado cultural desse período para Sergipe.

Engajado ao movimento cultural nacional, Sergipe recebeu o apoio da esfera estadual em diversos projetos destinados à educação e ao desenvolvimento das artes de maneira geral. Em matéria de cultura, os jornais (independente dos partidarismos) abordavam: as investidas culturais do governo (construção de instituições de ensino, arte e conhecimento), programações cinematográficas e teatrais, festivais, exposições, concertos litero-musicais, literatura, homenagens à intelectuais e personagens históricos importantes para a formação do nacional.

Nesse período, a cultura duelava diariamente por espaço nos jornais (que preenchiam suas páginas com política nacional/internacional, economia, eleições, banditismo...) e isso rendeu algumas críticas à imprensa, principalmente no que concerne a divulgação dos trabalhos locais. Tomando como exemplo a literatura em nosso estado, Álvaro Moreira, colunista do jornal *O Estado de Sergipe*¹¹, deu voz aos escritores da terra e teceu críticas quanto a baixa repercussão das obras no estado. Abordou ainda a carência no reconhecimento dos intelectuais e chamou atenção para a valorização do nacional.

Os jornais analisados possuíam em sua maioria colunas literárias destinadas tanto à divulgação quanto à crítica das obras nacionais. Os trabalhos sergipanos de maior repercussão, receberam grande destaque na imprensa sergipana: *Canções* (1932) de Luciano Lacerda, *Os Corumbas* (1933) e *Rua do Siriri* (1937), de Amando Fontes e *A cidade de Aracaju*, do engenheiro Fernando Porto (1945) entre outros. Além de revisitar os clássicos da literatura, os jornais também abordavam o impacto do nacionalismo no meio intelectual nesse período. “Junto com a revolução de 1930 também veio o surto nacionalista da mocidade, que passou a valorizar em suas obras o estudo de nossas coisas e a revisão de nossos valores¹²”.

Os recitais de poesia aparecem nos jornais como o evento mais corriqueiro na cidade de Aracaju. Essa arte era apreciada por personalidades da elite sergipana (política e civil) e dominada por grandes nomes do intelectualismo feminino, como as declamadoras Graziela Cabral e Maria Sabina. Alguns festivais de arte e poesia tinham a renda revertida em benefício da melhoria de espaços públicos e instituições de acolhimento.

¹¹ Moreira, Álvaro. **Literatura**. O Estado de Sergipe, Aracaju, Ano IV, n ° 897, p. 2, Abril/1936.

¹² Literatura Nacionalista. Sergipe Jornal, Aracaju, Ano XIII, Nº 3167, P. 2, Dezembro/1932

Apesar das limitações da imprensa, não podemos desconsiderar a importância desta como mola propulsora das artes nesse período, mesmo estando sob pressão oficial, alguns jornais sergipanos resistiram às investidas do poder estadual e participaram ativamente do processo de consolidação da cultura nacional. Além de dar publicidade aos eventos e as produções artísticas, os impressos contribuía também com debates e críticas acerca das políticas culturais.

Uma dessas críticas ajudou a agilizar a instituição do canto orfeônico em nosso estado. Por meio de um artigo intitulado, *Deve Aracaju possuir uma escola de música?*¹³, O jornal A República (Órgão do Partido Social Progressista) faz um apelo público direto às autoridades, chamando a atenção da interventoria para a carência do ensino musical Sergipano. Para a comunidade artística de Aracaju era necessário equiparar o desenvolvimento cultural de Sergipe aos dos outros estados da federação. A reação do governador Eronides de Carvalho às cobranças foi imediata, não demorou muito este tratou de agilizar os trâmites para instituir oficialmente o ensino de canto no estado.

Através desta pesquisa, descobrimos Aracaju como uma cidade intensamente cultural e amante da boa música. Ao longo dos anos 30, vários musicistas e compositores nacionais e locais¹⁴ abrilhantaram os palcos da cidade, com concertos pianísticos, recitais de flauta, música popular brasileira e espetáculos de orfeão artístico. A frequência com que esses eventos aparecem nos jornais permite-nos dizer que a música foi um dos elementos culturais mais importantes do período.

O problema do Teatro Nacional foi abordado em nosso estado pelo jornal *O Estado de Sergipe*. Nesse espaço, a Companhia Editora Nacional traz a tona uma série de críticas ao desenvolvimento do teatro nacional, que em sua concepção reúne todas as condições (autores, ator e diretor) para evoluir. “Aqui contamos com o forte tradicionalismo, histórias originais, culturas não exploradas, que precisam ser estudadas e lapidadas não apresentadas no improvisado (maior crítica). Deve-se haver uma preocupação maior no sentido de importar

¹³ MAIA, E. Deve Aracaju possuir uma escola de música, A República, Aracaju, Ano III, nº 780, p. 4, Julho/1934. Nesse espaço artistas e musicistas sergipanos respondiam os seguintes questionamentos: “o que acha da possibilidade de criação de uma escola de música em sergipe? Como vem apreciando nossa gente no ponto de vista musical? O que nos diz da vocação e do cuidado em se incentivar tão admirável arte? O que nos diz concernente ao Orfeon e canto coral nas escolas públicas e particulares em sergipe?”

¹⁴ Dentre os artistas locais destacaram-se nesse período: Juvêncio Mendonça, Ruth Brandão, Morais, Miguel Santana, Rosil, João Melo, Odilon Santos etc.

técnicos e estimular a profissionalização do pessoal do teatro, para que ele não permaneça na infância, apesar de ter nascido alguns séculos atrás¹⁵,

Apesar das dificuldades enfrentadas pelas artes cênicas em nosso estado, que só se torna prática oficial a partir de 1940, o teatro resistia e abrilhantava os palcos da capital, no Cine Rio Branco. Nesse período, Aracaju recebeu a presença das grandes companhias nacionais e abriu espaço para ao reconhecimento das companhias locais (a Clodomir Silva foi a de maior destaque). Alguns destes espetáculos eram patrocinados pela Associação Sergipana de Imprensa e o comércio local.

O cinema foi a área que mais recebeu atenção do governo federal, no sentido de promover o desenvolvimento da produção nacional. Acerca desse tema, a imprensa da época abordou a potencialização desse setor e debateu a influência do cinema no desenvolvimento da cultura e da população brasileira. Nesse contexto a imprensa também levava a público a necessidade de pensar o futuro do cinema nacional, pois para que o objetivo educacional e cultural fosse alcançado, este não deveria ser conduzido não apenas pela mão dos capitalistas, mas também pela dos intelectuais.

Com relação aos grandes feitos culturais do governo federal e estadual a imprensa sergipana destacou: A chegada de uma filial da Instrução Artística do Brasil¹⁶ (I.A.B) a Sergipe em julho/1932, ressaltando ser o nosso estado o primeiro da região norte (como era denominado o nordeste à época) a aceitar tal empreitada; O projeto de reunião das academias literárias estaduais¹⁷ (1932), no sentido de promover a cultura e união nacional; A inauguração da Biblioteca Pública¹⁸ (1936); A criação do Instituto Nacional do Livro¹⁹ (1937) pelo governo federal.

Por meio da nossa pesquisa à imprensa sergipana, pudemos apreender a concepção da cultura nacional no contexto político dos anos 30, a forma como esta era retratada ao grande público, entender o processo evolutivo das artes em nosso estado e situar Sergipe dentro do Brasil Cultural. A relação de complementaridade entre imprensa e cultura nesse período foi um dos pilares de sustentação do governo Vargas, se não o mais importante, pois cabia a estes difundir a ideologia nacionalista para o país.

¹⁵ Teatro Nacional, O Estado de Sergipe, Aracaju, nº 830, p. 1, janeiro/1936.

¹⁶ A grande nova, Jornal de Notícias, Aracaju, nº 268, p. 4, junho/1932.

¹⁷ A semana das academias, Jornal de Notícias, Aracaju, nº 226, p. 2, abril/1932.

¹⁸ Inaugurado o novo prédio da Biblioteca Pública: A magnífica obra edificada por Emílio Odebrechet & Cia, Sergipe Jornal, Aracaju, nº 8491, p. 1, novembro/1936.

¹⁹ Criado o Instituto Nacional do Livro, Sergipe Jornal, Aracaju, nº 8864, p. 1, 1937

Praticamente, durante todo o seu primeiro governo, de 1930 a 1945, o presidente Vargas manteve uma relação conflituosa com a imprensa. O controle sobre ela exercido pode ter contornado os problemas, mas certamente não os eliminou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as notícias culturais veiculadas pela imprensa sergipana durante o Governo Getúlio Vargas 1930-1945, tivemos que dar conta das motivações que a levaram a dar publicidade a tal conteúdo. Essencialmente política e partidária, a imprensa dos anos 30 atuou de forma condicionada aos interesses do Estado Nacional e constituiu-se num importante instrumento de intervenção social. Em meio a complexidade das relações políticas e a instabilidade do governo nos primeiros anos da “República Nova”, Vargas articulou e manipulou a comunicação para reforçar sua imponência e ideologia.

Sob o tripé “Educação, cultura e imprensa”, o governo sustentou seu projeto político para o país e congregou todos à causa nacional. Embora o enriquecimento cultural do povo brasileiro estivesse atrás do principal objetivo do Estado (domínio das massas), a institucionalização das políticas públicas de incentivo ao conhecimento e às artes de maneira geral, foi um grande ganho para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Com o controle dos meios de comunicação e da cultura, o governo tentou suprimir do imaginário social toda representação distinta daquela que atestasse sua legitimidade. Nesse período a música, o cinema, o teatro, a literatura, as artes plásticas e o patrimônio histórico traduziram os valores do regime e transformaram-se em instrumentos de educação coletiva. Nesse momento de efervescência cultural, Sergipe despontou nacionalmente com grandes composições e romances que refletiam o cotidiano da cidade no seio do movimento nacionalista.

Em meio a tantas ambiguidades e contradições, Vargas pretendia “republicanizar a República”, torná-la extensiva ao todo, forjar uma ideia de nação. Através da institucionalização da educação e da cultura o governo deu um passo positivo e importante no longo caminho trilhado pela cidadania no Brasil. Vencer o analfabetismo (entendido como pobreza cultural) significava para a grande maioria da população a conquista de outros direitos, além dos civis. Embora estivesse submetida à doutrinação do regime, a cultura cresceu demasiadamente nesse período.

FONTES:

Sergipe Jornal

O Estado de Sergipe

Jornal de Notícias

Diário da Tarde

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Denio Santos, ANDRADE Polyana Bittencourt. O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e sua Apropriação pelo Turismo no Estado de Sergipe (1937 – 1979). Revista Rosa dos Ventos, 6(2) 180-196, abr-jun, 2014.

BISPO, Alessandra Barbosa. A política educacional em aracaju durante o estado novo. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. Cap 9. p.167-178, (IN): Dulce Pandolfi. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

COELHO, Teixeira. Dicionário Crítico de Política Cultural: cultura e imaginário. São Paulo: Fapesp/Iluminuras, 1997.

DANTAS, Ibarê. Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis. São Paulo, Aracaju: Cortez/UFS, 1983.

_____. História de Sergipe: republica (1889- 2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil Republicano, v 2)

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. História Política de Sergipe, Vol. 3.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza.“ História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas.

MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tânia Regina de (Orgs), História da Imprensa no Brasil. São Paulo; contexto, 2013.

MICELI, Sérgio (org.). Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Cultura é Patrimônio: Um Guia. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PANDOLFI, Dulce (Org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

SANTOS, Elias Souza dos. Educação Musical Escolar em Sergipe: uma análise das práticas da disciplina do canto orfeônico na Escola Normal de Aracaju. Dissertação (Mestrado Pós-Graduação em Educação)- Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2012.

TORRES, Acrísio. De Eronides Carvalho a Freitas Brandão. História de Sergipe. 2ed. Aracaju: J. Andrade, 1967.p.241-246.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21240-4-abril-1932-515832-publicacaooriginal-81522-pe.html>. Acessado em 10.09.2015.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acessado em 10.09.2015.

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-526-1-julho-1938-358396-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 10.09.2015.

1999"Rádios, Revistas e Jornais descrevem Getúlio Vargas", por Dilton Maynard
http://www.infonet.com.br/politica/ler.asp?id=26586&titulo=artigos.____ Acessado em 10.09.2015.

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/EducacaoCulturaPropaganda/Imprensa>. Acessado em 10.09.2015.